

## SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> .....	13
-----------------------	----

### INTRODUÇÃO

<i>1. Direito, segurança e mercado</i> .....	15
<i>2. (segue)</i> .....	16
<i>3. Segurança e mercado</i> .....	17
<i>4. O Poder Judiciário, hoje</i> .....	18
<i>5. Justiça e direito</i> .....	18
<i>6. (segue)</i> .....	20
<i>7. (segue)</i> .....	21
<i>8. Legalidade e direito positivo</i> .....	22
<i>9. Os juízes e Sartre</i> .....	22
<i>10. Valores</i> .....	23
<i>11. Os princípios são regras</i> .....	24
<i>12. Ponderação entre princípios</i> .....	25
<i>13. A objetividade da lei e Franz Neumann</i> .....	26

### I – A INTERPRETAÇÃO

<i>14. Observações iniciais</i> .....	27
<i>15. A interpretação até os anos 1970 e a subsunção</i> .....	29

<i>16. Interpretar/compreender</i> .....	31
<i>17. Situações de isomorfia e situações de interpretação</i> .....	32
<i>18. Por que se impõe a interpretação do direito?</i> .....	33
<i>19. Interpretação e concretização do direito</i> .....	34
<i>20. Os contextos da interpretação</i> .....	36
<i>21. Compreender e reexprimir</i> .....	36
<i>22. Significantes e significados</i> .....	37
<i>23. Artes autográficas e artes alográficas</i> .....	37
<i>24. O texto normativo é alográfico</i> .....	38
<i>25. A determinação do conteúdo normativo</i> .....	39
<i>26. Texto e norma (as normas resultam da interpretação)</i> .....	39
<i>27. A concepção de Ascarelli sobre a interpretação do direito</i> ....	41
<i>28. Oposição entre tutela da segurança jurídica e da liberdade individual e função da interpretação no desenvolvimento do direito</i> .....	43
<i>29. Oposição entre dimensão legislativa e dimensão normativa do direito</i> .....	43
<i>30. Oposições e composições</i> .....	44
<i>31. A falsa oposição entre o velho e o novo</i> .....	44
<i>32. Separação dos Poderes, texto e norma</i> .....	45
<i>33. O intérprete produz a norma</i> .....	46
<i>34. A metáfora da Vênus de Milo</i> .....	47
<i>35. O intérprete autêntico</i> .....	49
<i>36. Interpretação = aplicação</i> .....	49
<i>37. Interpretação in concreto e in abstracto</i> .....	51
<i>38. A interpretação autêntica</i> .....	55
<i>39. Interpretação dos textos e dos fatos</i> .....	56
<i>40. A interpretação dos fatos e a hipótese de Durrell</i> .....	57
<i>41. A hipótese de Durrell e Santo Tomás</i> .....	58

<b>42. Discurso do direito/discurso jurídico e a(s) ideologia(s) do direito</b> .....	60
<b>43. Contraponto</b> .....	61
<b>44. O texto e os fatos, a norma jurídica e a norma de decisão</b> ....	61
<b>45. A interpretação é uma prudência; a inviabilidade da única solução correta</b> .....	63
<b>46. Cânones de interpretação</b> .....	67
<b>47. A compreensão</b> .....	68
<b>48. A pré-compreensão e o círculo hermenêutico (Gadamer)</b> .....	70
<b>49. (segue)</b> .....	72
<b>50. (segue)</b> .....	72
<b>51. Acontecimentos que influenciam a decisão judicial</b> .....	74
<b>52. As inúmeras soluções corretas; questões de fato</b> .....	75
<b>53. A atualização do direito</b> .....	76
<b>54. As ideologias de interpretação e a atualização do direito</b> .....	78
<b>55. A “vontade do legislador”</b> .....	81
<b>56. Ainda a atualização do direito</b> .....	83
<b>57. O direito é um dinamismo</b> .....	84
<b>58. Não se interpreta o direito em tiras</b> .....	86
<b>59. A finalidade do direito e as normas-objetivo</b> .....	87
<b>60. A interpretação da Constituição</b> .....	88
<b>61. Constituição formal e Constituição material</b> .....	89
<b>62. O discurso do texto normativo, o discurso normativo e a atualização da Constituição</b> .....	90
<b>63. Constituição e dinamismo da vida político-social</b> .....	90
<b>64. Negação da discricionariedade judicial</b> .....	91
<b>65. (segue)</b> .....	93
<b>66. A subversão do texto</b> .....	93
<b>67. A força normativa do direito</b> .....	94
<b>68. O chamado “caso belga”</b> .....	96
<b>69. Os princípios</b> .....	99

## II – OS PRINCÍPIOS

70. <i>Os princípios, hoje</i> .....	100
71. <i>A não transcendência dos princípios</i> .....	101
72. <i>(segue)</i> .....	103
73. <i>Kelsen e os princípios</i> .....	105
74. <i>Princípios: descoberta e positavação</i> .....	106
75. <i>Princípios e regras, espécie e gênero</i> .....	106
76. <i>A exposição de Antoine Jeammaud</i> .....	108
77. <i>Texto normativo, norma jurídica e princípios</i> .....	114
78. <i>Interpretação, discricionariiedade e ponderação entre princípios</i> .....	117
79. <i>Ponderação entre princípios e norma de decisão</i> .....	117
80. <i>Ponderação entre princípios e discricionariiedade segundo Riccardo Guastini</i> .....	118
81. <i>Ponderação como juízo não de legalidade e esterilização do caráter normativo dos princípios</i> .....	118
82. <i>Desafio e perigo da ponderação e incerteza jurídica</i> .....	119
83. <i>Derrida e a decisão jurídica</i> .....	120
84. <i>Ainda a incerteza jurídica</i> .....	120
85. <i>Racionalidade jurídica e calculabilidade e previsibilidade dos comportamentos</i> .....	121
86. <i>A tirania dos valores (Carl Schmitt)</i> .....	122
87. <i>A flexibilização do sistema</i> .....	123
88. <i>O plano do dever-ser é um espelho do plano do ser; direito moderno e transgressão</i> .....	124
89. <i>Mercado, capitalismo e transgressão</i> .....	125
90. <i>A estabilidade, a regularidade, a harmonia do sistema jurídico dependem da sua transgressão</i> .....	126
91. <i>A exceção</i> .....	126
92. <i>(segue)</i> .....	127

93. (segue) .....	128
94. Ainda o “caso belga”: exceção, hipótese de incidência, força maior e estado de normalidade .....	129
95. (segue) .....	129
96. (segue) .....	131
97. A exceção e o direito; o milagre e a teologia (Carl Schmitt) ..	131
98. O STF e a captura de situações de exceção .....	132
99. Proporcionalidade, razoabilidade e exclusão de situações do sistema jurídico .....	134
100. Os chamados princípios da proporcionalidade e da razoabilidade .....	135
101. Equidade, razoabilidade e proporcionalidade .....	135
102. (segue) .....	136
103. (segue) .....	137
104. Proporcionalidade, razoabilidade e transgressão do sistema jurídico .....	138
105. Celeridade e garantias processuais .....	140
106. Por que tenho medo dos juízes .....	142

#### *Apêndice I – A LINGUAGEM E OS CONCEITOS JURÍDICOS*

107. Sobre a linguagem jurídica .....	145
108. (segue) .....	146
109. (segue) .....	147
110. (segue) .....	149
111. (segue) .....	150
112. Conceito e conceito jurídico .....	151
113. (segue) .....	152
114. (segue) .....	153
115. (segue) .....	153

<i>116. (segue)</i> .....	154
<i>117. (segue)</i> .....	155
<i>118. Ascarelli e os conceitos jurídicos</i> .....	156
<i>119. Ainda os conceitos jurídicos</i> .....	158
<i>120. (segue)</i> .....	159
<i>121. Conceitos e definições jurídicas</i> .....	160
<i>122. Os chamados “conceitos indeterminados”, os tipos de conceitos jurídicos e a interpretação</i> .....	161
<i>123. (segue)</i> .....	163
<i>124. Conceito e noção</i> .....	164
<i>125. (segue)</i> .....	166
<i>126. (segue)</i> .....	167

*Apêndice II – BREVE NOTA SOBRE “LEX” E “JUS”*

<i>127. “Lex” e “Jus”</i> .....	169
<i>128. A “Lex” nada tem a ver com a Justiça</i> .....	169
<i>129. Juízes e segurança jurídica</i> .....	170

*Apêndice III – A PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA* .....

*Apêndice IV – JUIZ DAS GARANTIAS* .....

<i>Apêndice V – O PAPEL DO CNJ, A TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E SUA RELEITURA CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO BRASILEIRO</i> .....	181
--	-----

<i>Bibliografia</i> .....	185
---------------------------	-----

<i>Índice Onomástico</i> .....	203
--------------------------------	-----